

Política



NA LISTA DA INTERPOL
Juiz manda prender Protógenes Queiroz
Ex-deputado, o ex-delegado da PF teria vazado dados da Operação Satiagraha



CAMINHO DO DINHEIRO

STF mantém aval a repasse de dados do Coaf sem decisão judicial e dá fôlego a investigações

DANIEL GULLINO
danegullino@globo.com.br
BRASIL

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve ontem, por unanimidade, uma decisão que autorizou a polícia e o Ministério Público (MP) a solicitarem relatórios de inteligência financeira diretamente ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sem prévia autorização judicial. A definição dá fôlego a investigações em andamento, já que uma reversão poderia paralisar casos que incluem provas originadas a partir de informações do órgão, como apurações sobre a trama golpista que resultou no 8 de Janeiro e envolvendo o crime organizado.

Os ministros validaram uma determinação do relator, ministro Cristiano Zanin. Em novembro de 2023, ele derrubou de forma liminar uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que havia declarado ilegais relatórios do Coaf requisitados diretamente pela polícia e pelo MP.

— Os relatórios emitidos pelo Coaf podem ser compartilhados espontaneamente ou por solicitação dos órgãos de persecução penal para fins criminais, independentemente de autorização judicial — afirmou Zanin ontem.

“MANIFESTO DESCOMPASSO”
Ele foi acompanhado por Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes. Os ministros entenderam que a decisão do STJ desconstruiu uma determinação anterior do Supremo, de 2019, que já autorizava o compartilhamento. — Parece ter havido o que a gente chama de manifesto descompasso — afirmou Cármen Lúcia.

A posição foi reforçada pelo presidente da turma, Alexandre de Moraes:

— É flagrante a contradição com o que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal — afirmou Moraes, acrescentando: — Na verdade, (o STJ) leu pela metade o julgamento.

No ano passado, a Sexta Turma do STJ havia estabelecido que a polícia e o MP não poderiam solicitar relatórios de inteligência financeira diretamente ao Coaf.



Chancela. A Primeira Turma do STF vai dou, por unanimidade, determinação do relator, ministro Cristiano Zanin, que já havia concedido liminar no ano passado

RELATÓRIOS MIRAM LAVAGEM DE DINHEIRO

O que é um Relatório de Inteligência Financeira do Coaf?
Os RIFs são resultado de análise de comunicações recebidas e de intercâmbio de informações financeiras. Quando o Coaf observa indícios de lavagem de dinheiro ou movimentação atípica, o documento é encaminhado à autoridade competente para investigação

O que foi decidido ontem?
O STF validou decisão liminar de novembro passado do relator, Cristiano Zanin, autorizando que a polícia e o Ministério Público possam solicitar os relatórios diretamente ao Coaf sem prévia autorização judicial e que não se configure a quebra de sigilo bancário.

O que tinha sido decidido antes?
A Sexta Turma do STJ estabele-

ceu, em agosto de 2023, que a autoridade policial não poderia solicitar relatórios de inteligência financeira diretamente ao Coaf, sem autorização da Justiça. A decisão foi tomada em um caso envolvendo apurações sobre lavagem de dinheiro no Pará, mas o MP recorreu ao STF, que em 2019 já tinha se manifestado em sentido contrário.

Flávio Bolsonaro

Em 2019, o ministro Dias Toffoli, então presidente do STF, chegou a suspender todos os processos judiciais em que dados bancários de investigados tinham sido compartilhados sem autorização prévia do Judiciário, atendendo a pedido do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Ele era alvo de investigação por suposta prática de

rachadinha em seu gabinete quando era deputado estadual. Em novembro daquele ano, o plenário do STF derrubou a decisão de Toffoli e estabeleceu o entendimento de que a autorização não é necessária. O processo de Flávio, contudo, foi arquivado por incompatibilidade de foro.

Outros casos

Na época, o MPF contabilizou 935 investigações paralisadas em todo país devido à decisão de Toffoli. Só na Alorj 22 deputados, além de Flávio, se tornaram alvo do MP em 2018, incluindo o ex-presidente da Casa André Cedeira. O caso dele também foi arquivado. Outra investigação envolvia o ex-PM Romário Lessa, acusado de matar a vereadora Marielle Franco (PSOL). Ele havia sido preso preventivamente porque o Coaf apontou um depósito para ele de R\$ 100 mil em dinheiro vivo.



Alvo. Flávio e Cecília entraram na mira do Coaf: os casos foram arquivados



Zanin concordou com os argumentos do MPF e derrubou a decisão. Entretanto, houve um recurso, que foi negado agora. Os relatórios de inteligência, chamados de RIFs, são o resultado de análise de comunicações recebidas e de intercâmbio de informações finan-

ceiras. Quando o Coaf observa indícios de lavagem de dinheiro ou outro ilícito, o documento é encaminhado à autoridade competente para investigar.

Este tipo de relatório é usado, por exemplo, em investigações sobre o financiamento de acampamentos em frente a quartéis após a eleição de 2022

e na trama golpista que resultou no 8 de Janeiro. Investigadores também se basearam em informações do Coaf para reunir indícios em investigações envolvendo lavagem de dinheiro de facções do crime organizado. Recentemente, a Polícia Federal usou dados do Coaf para apontar que a mu-

lher de um dos presos no caso Marielle fez saques em espécie que chegaram a R\$ 760 mil em dois anos.

Os órgãos de investigação apontam que esses relatórios não configuram quebra de sigilo, porque seguem parâmetros estabelecidos pela legislação e por normas do próprio Coaf. A partir destes alertas, podem se dar eventuais pedidos envolvendo dados protegidos pelo sigilo bancário.

Em 2019, o ministro Dias Toffoli chegou a suspender todos os processos judiciais em que dados bancários de investigados tinham sido compartilhados sem autorização prévia do Poder Judiciário, atendendo a pedido do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Ele era investigado por suposta prática de rachadinha em seu gabinete quando era deputado estadual. Na época, o MPF contabilizou 935 investigações paralisadas em todo país devido à decisão.

ANÁLISE CASO A CASO

Em novembro daquele ano, o plenário do STF derrubou a decisão de Toffoli e estabeleceu o entendimento de que a autorização não é necessária. A tese aprovada na época determina que “é constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira” com os “órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial”.

Um dos temas discutidos ontem foi a possibilidade do compartilhamento de informações facilitada a chamada “pescaria probatória” que ocorre quando os órgãos de investigação utilizam uma coleta de dados para conseguir eventuais novos elementos contra um alvo.

— Nós não podemos presumir que a solicitação resultará em pescaria probatória, como uma espécie de fatalismo, como uma nulidade presumida. Deve ser aferido caso a caso — afirmou Dino.

Para Fux, o julgamento do STF privilegiou a prática de “seguir o dinheiro” e cabe à polícia garantir o sigilo das informações coletadas. Cármen Lúcia fez a ponderação de que é preciso garantir o sigilo dos dados.

Zanin vota contra tese de Forças como Poder Moderador

> A votação no Supremo Tribunal Federal (STF) que julgou limites da atuação das Forças Armadas chegam ontem ao placar de 7 a 0 pelo entendimento de que uma intervenção militar no país não é constitucional. Para o magistrado, é “totalmente descabido” considerar que Exército, Marinha e Aeronáutica tenham algum tipo de “ascendência” sobre os demais Poderes.

> “Logo, revela-se totalmente descabido cogitar-se que as Forças

Armadas tenham ascendência sobre os demais Poderes, uma vez que estão subordinadas ao chefe de Poder Executivo e devem atuar em defesa dos Poderes constitucionais”, escreveu Zanin.

> Até agora, todos os ministros que votaram acompanharam o relator, Luiz Fux. O julgamento ocorre no plenário virtual e termina no dia 8.

> Zanin também concordou com

a sugestão de Flávio Dino, de que o resultado do julgamento seja enviado ao Ministério da Defesa. “O esclarecimento do sentido do texto constitucional elucida a população em geral e os militares em particular, combate a desinformação propagada e evita a erosão das instituições democráticas”, escreveu Zanin.

> O comandante do Exército, general Tomás Paiva, afirmou que concorda com o posicionamento do

Supremo. De acordo com o militar, a decisão reforça que o texto da Constituição “está consolidado e não existe poder moderador no Brasil”.

> — Esse pensamento não causava dúvida no Exército brasileiro. As Forças não são poder de nada.

> A questão chegou ao Supremo por meio de uma ação apresentada pelo PDT, em 2020, questionando o emprego das Forças pelo presidente da República, sobretudo com base

no artigo 142 da Constituição

> O artigo 142 diz que “as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. (Daniel Gullino e Jennifer Gularini)